



Ofício nº 505/2023-CAU/MG

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2023.

Ao(À) Senhor(a)

**Presidente da Comissão Especial de Licitação do Sesc Minas**

Serviço Social do Comércio – SESC – Departamento Regional Minas Gerais

Rua Tupinambás, 956 - Centro

30.120-076 ; E-mail: [cplicitacao@sescmg.com.br](mailto:cplicitacao@sescmg.com.br)

**Assunto:** Edital de licitação de Concorrência Pública nº014/2023

**Referência:** Protocolo SICCAU nº 1806437/2023

Senhor(a) Presidente da Comissão Especial de Licitação do Sesc Minas,

1. O CAU/MG tomou conhecimento da publicação de edital de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº014/2023**, do tipo **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, pelo Serviço Social do Comércio– SESC em Minas Gerais, data de abertura 18/08/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obra de reforma da unidade SESC UBERLÂNDIA, objetivando a adequação da área odontológica em atendimento a legislação da Vigilância Sanitária, conforme especificações constantes nos seus Anexos, partes integrantes do referido Edital;
2. Considerando que com o advento da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, o exercício da atividade de Arquitetura e Urbanismo no país foi regulamentado para fiscalização de um Conselho Uniprofissional, e em razão disso, foram criados o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAU/UF, os quais, a partir de 1º de janeiro de 2012, iniciaram suas atividades em todo o País. Com isso, os arquitetos e urbanistas, até então vinculados ao Sistema Confea-Crea, ganharam um Conselho próprio consolidando as discussões das questões relativas ao seu exercício profissional;
3. Considerando que os referidos conselhos são autarquias dotadas de personalidade jurídica de Direito Público, que possuem a função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da arquitetura e urbanismo, bem como pugnar pelo seu aperfeiçoamento (§ 1º do Art. 24 da Lei 12.378/2010), zelando pela fiel observância dos princípios éticos e disciplinares em todo o território nacional;
4. Considerando, a título informativo, a Deliberação Plenária DPOBR Nº 0126-07/2022 que estabelece que todas as atividades técnicas de Arquitetura e Urbanismo dispostas no art. 2º da Lei 12.378/2010 e regulamentadas pela Resolução CAU/BR nº 21/2012, são caracterizadas como “Serviços Técnicos-Profissionais Especializados”, em consonância com o inciso XVIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;



5. Informamos que esse tipo de licitação, que avalia somente o menor preço, não é recomendado pelo CAU/MG, uma vez que o serviço de arquitetura e urbanismo é um típico serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, que exige aptidão específica e profissionais experientes e habilitados para sua execução. Trata-se de serviços que não apresentam identidade e características padronizadas, não se encontram prontos e disponíveis a qualquer tempo, ao contrário dos verdadeiros “bens e serviços comuns”, estes sim passíveis de contratações por pregão ou por licitações do tipo Menor Preço.
6. Percebe-se, ainda, que os serviços de arquitetura e urbanismo têm sido contratados por preços muito baixos, gerando resultados de baixa qualidade técnica, o que compromete a obra decorrente.
7. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo sugere que seja efetuada a correção no edital **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº014/2023**, do tipo **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** para outra modalidade que permita o uso do tipo MELHOR TÉCNICA, ou TÉCNICA E PREÇO, conforme entendimentos explanados.
8. Por fim, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais coloca-se à disposição para contribuir com o aprimoramento dos editais de licitação para contratação de serviços e profissionais de arquitetura e urbanismo, bem como sua divulgação no site institucional do Conselho para amplo conhecimento da categoria e da sociedade em geral.

Atenciosamente,

**Arq. e Urb. Maria Edwiges Sobreira Leal**  
Presidente do CAU/MG



## ANEXO I

### Justificativas:

- O objeto desta licitação é atividade do arquiteto urbanista compartilhada com outras categorias profissionais, conforme a Lei n.º 12.378/2010, e a Resolução n.º 21/2012 do CAU/BR. Sendo assim, a empresa contratada deve possuir registro no CREA ou no CAU, conforme a categoria profissional do seu funcionário, apresentado como responsável técnico pelo serviço.
- Conforme o Art. 5º da Lei 12.378/2010:  
*Parágrafo único – O registro habilita o profissional a atuar em todo o território nacional.*
- Conforme a Lei 12.378/2010 e o Art. 1º da Resolução n.º 91/2014 do CAU/BR, informamos:

*“Art. 1º A elaboração de projetos, a execução de obras e a realização de quaisquer outros serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, que envolvam competência privativa de arquitetos e urbanistas ou atuação compartilhada destes com outras profissões regulamentadas, ficam sujeitas ao Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) nos termos desta Resolução, em conformidade com a Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010”.*